

ESTAGNAÇÃO DESIGUAL: DESEMPREGO, DESALENTO, INFORMALIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NO PERÍODO RECENTE (2012-2019)

Rogério Jerônimo Barbosa¹

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade da renda do trabalho voltou a subir no Brasil. Interrompendo uma trajetória histórica de convergência, indicadores diversos apresentam clara e rápida reversão dos efeitos distributivos dos últimos anos, fazendo com que, em 2019, os patamares sejam semelhantes àqueles observados onze ou doze anos antes. Em larga medida, as tendências da desigualdade expressam efeitos conjunturais, associados à crise econômica que se inicia no fim de 2014. No entanto, tais eventos, ainda que contextuais, podem se associar a mudanças estruturais mais duradouras.

Ainda são escassos os trabalhos dedicados ao período recente (Duque, 2019; Firpo e Pieri, 2018; Lameiras *et al.*, 2019; Neri *et al.*, 2018; Neri, 2018). Durante os anos 2000, diversos estudos sobre o caso brasileiro apontaram que a redução dos prêmios educacionais e a política salarial estiveram entre as principais causas da redução da desigualdade no período (Brito, Foguel e Kerstenetzky, 2015; Ferreira *et al.*, 2006). Contudo, o caráter relativamente súbito da ruptura da tendência de equalização sugere que esses fatores usualmente associados à distribuição da renda do trabalho não parecem ter cumprido um papel determinante. Esta nota técnica visa contribuir para a análise dessa conjuntura, procurando compreender como o desemprego, o desalento e a informalidade afetaram a desigualdade. Trata-se de compreender o cenário do ponto de vista dos vínculos no mercado de trabalho.

Os principais achados indicam que o desemprego e o desalento foram responsáveis pelo início do crescimento da desigualdade. Mas atualmente, as disparidades entre trabalhadores são o principal fator. Isso se deve ao fato de que benefícios e direitos típicos (e sazonais) do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados.

1. Pós-doutorando no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole. O autor agradece a Marcelo Medeiros e Juliana de Castro Galvão pelas sugestões e interlocução, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa (Processo nº 2018/13863-0).

Na seção 2, descrevemos brevemente o quadro da desigualdade da renda do trabalho nos últimos anos. Na seção 3, colocamos esse fenômeno em perspectiva, lançando luz sobre o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho. Em seguida, apresentamos nossas estratégias analíticas para a decomposição dinâmica da desigualdade, a fim de identificar a contribuição de cada componente para as tendências empíricas. Por fim, apresentamos nossos resultados e fazemos algumas considerações.

2 A DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO NO PERÍODO RECENTE

A série anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 1976-2015) captava apenas a chamada *renda habitual* do trabalho, que consiste dos vencimentos básicos ou médios. Para empregados, além dos salários, inclui benefícios regulares, como auxílio alimentação, vale-transporte etc. Para contas-próprias e empregadores, diz respeito às retiradas ou aos pró-labores médios. A PNAD Contínua (2012-atual) passou a captar também o que denominou de *renda efetiva*, que inclui adicionais eventuais (como 13º, adicionais por férias, horas extras, abonos, comissões, participação nos lucros etc.), além de descontos (devido a faltas, atrasos etc.). Porém, diferentemente do rendimento habitual, que tem como referência o próprio mês da entrevista, a renda efetiva, diz respeito ao mês anterior (IBGE, 2017).

Alguns trabalhos recentes analisam a renda habitual, tendo em vista a maximização da comparação com a série antiga da PNAD. Com isso, evita-se a defasagem de um mês e também os impactos da sazonalidade, que afetam mais a renda efetiva. Neri (2018) argumenta também que o caráter mais estável da renda habitual permitiria melhor avaliação do comportamento de consumo dos indivíduos, dando vislumbres acerca do bem-estar e da renda permanente.

Apesar disso, o objetivo aqui é compreender os efeitos de curto prazo associados ao período de recessão, algo que, acreditamos, pode ser mais bem captado pela renda efetiva. Tendo em vista a redução de postos formais e a flexibilização de algumas formas de contratação via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) após a reforma trabalhista de 2017, aqueles benefícios extras se tornaram mais escassos e concentrados (Lameiras *et al.*, 2019). Esses adicionais, apesar de esporádicos, possuem um comportamento sazonal bastante regular. Assim, domicílios e indivíduos podem orientar seu comportamento de consumo e poupança no médio e no longo prazos sabendo com quais quantias poderão contar no futuro. Por esta razão, analisaremos conjuntamente as duas informações sobre rendimentos, habituais e efetivos, avaliando as diferenças nos dois tipos de informação.

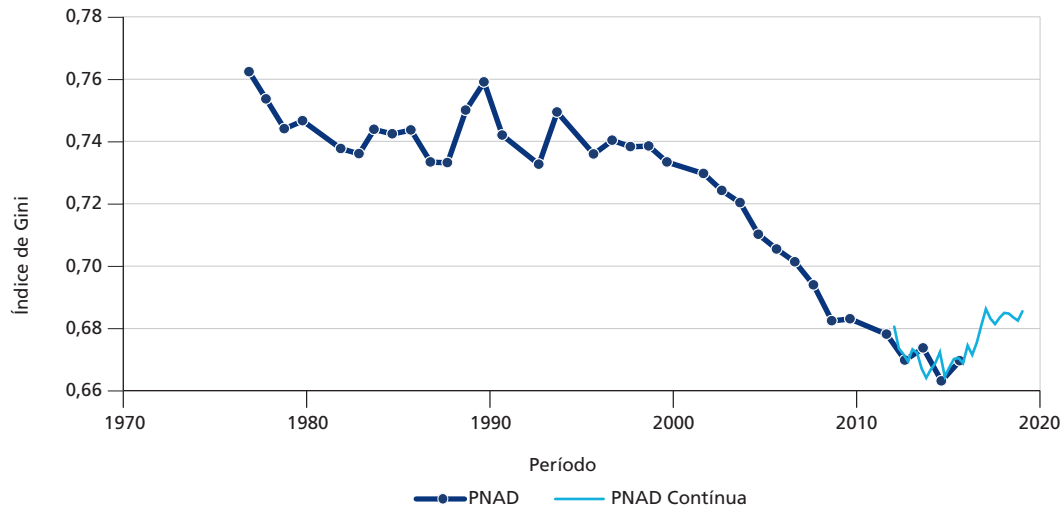
O gráfico 1 apresenta o índice de Gini da renda habitual de todos os trabalhos, calculado para os indivíduos entre 18 e 65 anos, população economicamente ativa (PEA) e população não economicamente ativa (PNEA). Trata-se, de uma medida da desigualdade da *renda de mercado* (*market income*), pré-impostos e pré-transferências. As séries da PNAD Anual e da PNAD Contínua trimestral identificam o mesmo ponto de inflexão. A renda efetiva se distribui de forma mais desigual e se movimenta de modo mais intenso e súbito do que a renda habitual. No entanto, a despeito de suas características particulares, a desigualdade apresenta tendências semelhantes.

Estagnação Desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)

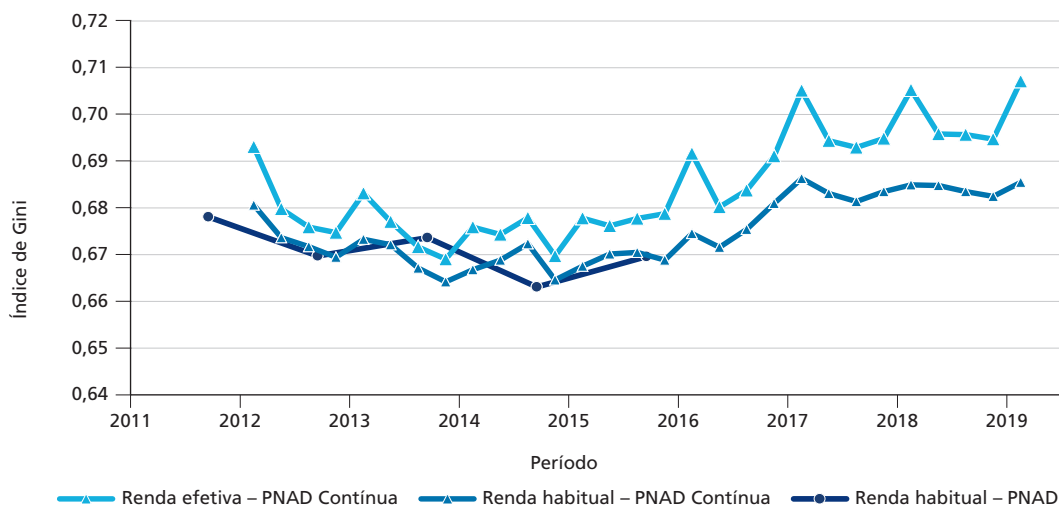
GRÁFICO 1

Desigualdade da renda de todos os trabalhos da população economicamente ativa e inativa com idades entre 18 e 65 anos

1A – De 1976 a 2019

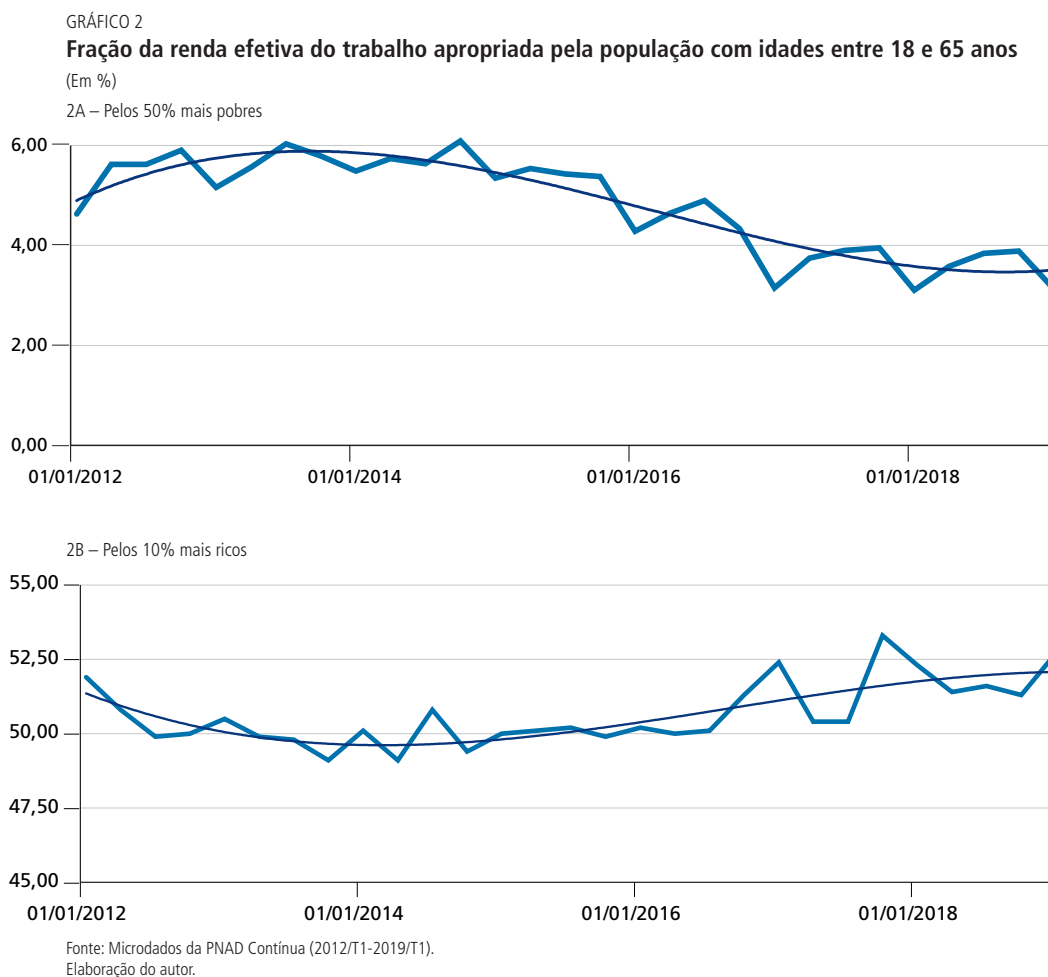


1B – De 2011 a 2019



Fontes: Microdados da PNAD (de 1976 a 2015) e da PNAD Contínua (2012/T1-2019/T1).
Elaboração do autor.

Em boa medida, o comportamento dos indicadores sintéticos de desigualdade reflete o que ocorre nos extremos da distribuição. Em meados de 2014, os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 5,7% de toda a renda do trabalho. No primeiro trimestre de 2019, aquela fração cai para 3,5%. Para esse grupo, essa redução de apenas 2,2 pontos percentuais (p.p.) representa, em termos relativos, uma queda de quase 40%.



Enquanto isso, o grupo dos 10% mais ricos da população recebia cerca de 49% do total da renda do trabalho em meados de 2014 – e vinha apresentando redução nessa parcela, ao longo dos anos anteriores. No início de 2019, sua fração apropriada cresce para 52%. Isso significa que o topo da distribuição chega ao pós-crise não apenas recuperando suas perdas, mas também obtendo ganhos.

3 BREVE PANORAMA SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

No fim de 2014, a interrupção da geração de empregos formais em regime CLT e a explosão do desemprego marcam definitivamente a chegada da crise ao mercado de trabalho. Com alguma defasagem, o número de desalentados passa a crescer no fim de 2015, refletindo o aumento do número daqueles que abandonam as tentativas de obter posições no mercado de trabalho.

O crescimento do número de desocupados, desalentados e inativos implica que um contingente expressivo passa a não ter qualquer rendimento do trabalho. Com isso, esses grupos de *renda zero* se acumulam na base da distribuição e contribuem para o aumento da desigualdade. Em 2017, as perdas no setor formal² se estancam e o mercado informal passa a se expandir rapidamente, amortecendo em parte os efeitos mais perversos da crise.

2. São considerados formais os trabalhadores empregados com carteira assinada, estatutários, militares, contas-próprias e empregadores que contribuem para a Previdência.

Trabalhadores em quase todos os tipos de vínculo e posições na ocupação passam a assistir ao aumento da desigualdade em suas categorias – o que evidencia que a incerteza e as instabilidades perpassaram todo o mercado de trabalho.

O segmento mais protegido do mercado de trabalho, composto de trabalhadores em regime CLT, estatutários e militares teve experiências claramente distintas dos demais grupos. Sua renda é claramente mais afetada pelos elementos sazonais que compõem a renda efetiva – que dizem respeito aos adicionais caracteristicamente associados aos direitos trabalhistas; que costumam incidir de modo mais concentrado no fim e no início do ano.

Importante observar que houve aumento da amplitude dos efeitos sazonais para os empregados formais, a partir do quarto trimestre de 2015. Isso foi consequência da mudança de metodologia de captação dos rendimentos eventuais na PNAD Contínua. Foram adicionadas perguntas mnemônicas antes do quesito sobre a renda efetiva, com o objetivo de tornar mais saliente para o entrevistado a informação sobre ganhos esporádicos (IBGE, 2017). Isso tornou mais precisa e confiável a coleta da renda efetiva, mas não afetou a informação sobre a renda habitual. Nossa estratégia metodológica para a decomposição dos principais fatores que determinaram o aumento da desigualdade levará em conta essa mudança da PNAD Contínua.

A investigação das tendências de emprego e renda por setores, no entanto, revela que essa proteção contra a recessão não se distribuiu igualmente entre esses trabalhadores formais. Considerando as 22 categorias de atividades mais agregadas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observamos que quase todas apresentaram quedas expressivas no número de empregados. As mais notáveis exceções são nos setores de educação e saúde.

4 METODOLOGIA

4.1 Estratégias de decomposição estática do índice de Gini

Para identificar os efeitos da inatividade, do desemprego e do desalento sobre a desigualdade de renda entre adultos, lançamos mão da decomposição do índice de Gini por grupos de renda não sobrepostos (Souza, 2016). Essa estratégia permite obter termos aditivos, representando a desigualdade entre grupos (G^B) e dentro dos grupos (G^W):

$$G = G^B + G^W$$

$$= \underbrace{\sum_j \{p_j - p_j(2S_j - s_j)\}}_{\text{entre grupos}} + \underbrace{\sum_j p_j s_j G_j}_{\text{dentro dos grupos}}$$

O subscrito j identifica um grupo. Neste caso, I representará os inativos; D_1 , os desempregados; D_2 , os desalentados; e O , os ocupados. O termo p_j é a proporção de um grupo na população, s_j é a fração de renda por ele apropriada e G_j é o índice de Gini que mensura sua desigualdade interna. O termo S_j representa as frações de renda acumuladas até o grupo j ($S_j = \sum_{i \leq j} s_i$). Como I , D_1 e D_2 , têm renda zero, a expressão acima simplifica para:

$$G = \underbrace{p_I + p_{D_1} + p_{D_2} + p_O(1 - S_O)}_{\text{entre grupos}} + \underbrace{p_O s_O G_O}_{\text{dentro do grupo dos ocupados}}$$

Para estudar as dinâmicas da desigualdade interna ao grupo dos ocupados, fazemos uso de decomposições adicionais. G_0 diz respeito aqui à desigualdade da renda efetiva. Podemos compreender que essas flutuações da renda efetiva são uma espécie de desvio com respeito ao comportamento da renda habitual:

$$\text{renda flutuante} = \text{renda efetiva} - \text{renda habitual}$$

Como dito anteriormente, uma das principais diferenças entre as rendas efetiva e habitual se deve às datas de referência. Porém, é razoável assumir que, no mês anterior, a renda habitual tenha sido igual ou próxima à do mês corrente na maioria dos casos. Partimos do suposto de que promoções, demissões etc. têm impacto reduzido no intervalo de trinta dias. Assim, o Gini para a renda efetiva pode ser decomposto por fontes, segundo a expressão $G_0 = s^H C^H + s^F C^F$, onde s identifica a fração da renda de cada fonte e C , o coeficiente de concentração. Os sobrescritos H e F se referem às fontes: habitual e flutuante.

No entanto, em determinados meses, a renda efetiva pode ser inferior à habitual. Assim, o desvio pode assumir valores negativos. Isso leva ao comportamento anômalo da curva de concentração, gerando coeficientes de concentração menores que -1 ou maiores que 1. Para evitar esse problema, separamos, em variáveis distintas, os valores positivos e negativos da renda flutuante. Por fim, separamos ainda as rendas advindas do setor formal e do informal, como se fossem fontes de renda distintas. Deste modo, obtemos:

$$G_0 = \underbrace{s_F^H C_F^H + s_F^{F+} C_F^{F+} + s_F^{F-} C_F^{F-}}_{\text{setor formal}} + \underbrace{s_I^H C_I^H + s_I^{F+} C_I^{F+} + s_I^{F-} C_I^{F-}}_{\text{setor informal}}$$

Importante notar que: $s_F^H + s_F^{F+} + s_F^{F-} + s_I^H + s_I^{F+} + s_I^{F-} = 1$.

4.2 Decomposição dinâmica simétrica

Num dado momento t , o Gini será uma função com múltiplos *inputs*:

$$G_t = G(n_{It}, n_{D1t}, n_{D2t}, n_{Ot}^F, n_{Ot}^I, \{s_F^H C_F^H\}_t, \{s_F^{F+} C_F^{F+} + s_F^{F-} C_F^{F-}\}_t, \{s_I^H C_I^H\}_t, \{s_I^{F+} C_I^{F+} + s_I^{F-} C_I^{F-}\}_t)$$

Onde $n_{It}, n_{D1t}, n_{D2t}, n_{Ot}^F, n_{Ot}^I$ se referem aos números absolutos de inativos, desempregados, desalentados, ocupados no setor formal e ocupados no setor informal no momento t , respectivamente.³ O termo $\{s_F^H C_F^H\}_t$ diz respeito à contribuição da concentração da renda habitual dentro do grupo do setor formal e a expressão $\{s_F^{F+} C_F^{F+} + s_F^{F-} C_F^{F-}\}_t$ traz a contribuição da renda flutuante no mesmo setor. Os termos semelhantes, mas com subscrito I , se referem aos mesmos componentes, mas para o setor informal.

Decomposições dinâmicas seguem uma lógica comum. Calculamos os valores de uma função de interesse $f(x, y)$ mantendo um dos *inputs* fixos no primeiro ponto do tempo (y_0) deixando o outro variar (x_1). Então fazemos uma subtração: $\Delta_x^1 f = f(x_1, y_0) - f(x_0, y_0)$.

3. As proporções por grupos serão obtidas por meio dos números absolutos de indivíduos. Por exemplo:

$$\rho_{PNEA} = \frac{n_{PNEA} + n_{Desalentados} + n_{Desocupados} + n_{ocupados}}{n}$$

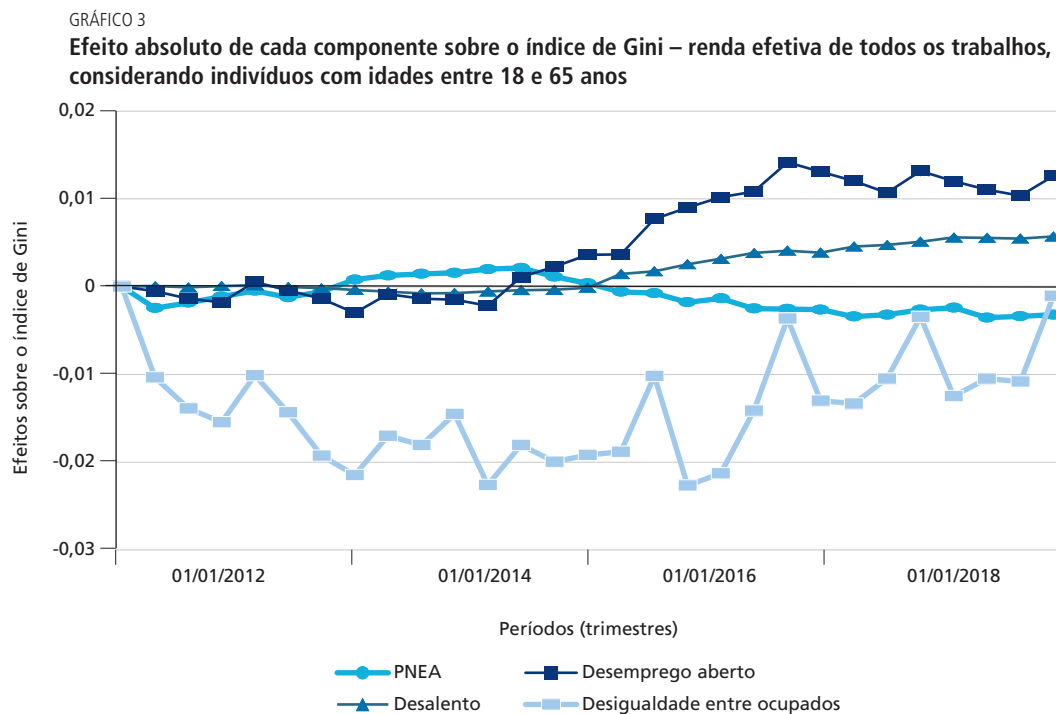
Com isso, obtemos a contribuição da variação em x para as mudanças totais entre períodos. Outra estratégia é deixar todos os *inputs* variarem, exceto aquele de interesse: $\Delta_x^2 f = f(x_1, y_1) - f(x_0, y_1)$. A princípio, $\Delta_x^1 f$ e $\Delta_x^2 f$ deveriam ser idênticos. Mas isso frequentemente não é verdade, devido a não linearidades e interações. A alternativa proposta por Shorrocks (2013) é lançar mão da média das estimativas: $\Delta_x f = \frac{1}{2} (\Delta_x^1 f + \Delta_x^2 f)$. Em funções multivariadas, como é o caso de G_p , o número de estimativas para $\Delta_x f$ pode ser extremamente grande, tendo em vista que todas as combinações de variáveis deveriam ser contempladas. Foi utilizado o conjunto de ferramentas elaborado por Elbers (2019) para calcular todas as combinações (5.040, neste caso) e obter a média.

4.3 Decomposição temporal

Após a obtenção dos componentes de variação dinâmica, lançamos mão de uma decomposição de séries temporais, para separar tendências, sazonalidades e ruídos/choques – averiguando a robustez de nossas interpretações. Primeiramente, o *trend* foi identificado por meio dos valores preditos de uma regressão não paramétrica de Nadaraya-Watson, usando um *bandwidth* de 365 dias e função kernel gaussiana. Então os resíduos foram submetidos a uma regressão OLS com *dummies* que identificavam os trimestres, uma *dummy* indicando períodos após 2015/T4 (para levar em consideração a mudança na captação da renda efetiva) e uma interação entre essas variáveis. Os efeitos sazonais foram obtidos por meio dos coeficientes estimados – e os choques são simplesmente o resíduo dessa segunda etapa.

5 RESULTADOS

Os principais resultados da decomposição dinâmica por grupos são exibidos no gráfico 3. Como podemos observar, até o fim de 2014, a tendência de queda foi basicamente guiada pela redução da desigualdade entre trabalhadores. A partir de então, essa tendência se interrompe e o desemprego emerge como principal vetor na produção dos resultados líquidos. Com defasagem de quase um ano, o desalento emerge com intensidade, de forma que, no início de 2017, a soma dos dois componentes já era responsável pelo aumento de mais de 20 pontos no Gini. O ano de 2016 é aquele que há aumentos mais rápidos, pois a desigualdade entre trabalhadores passa a atuar também. Em 2017 e 2018, desemprego e desalento se estabilizam em níveis extremamente altos e então as tendências gerais passam a refletir basicamente as desigualdades entre trabalhadores.



A decomposição por fontes de renda detalha os resultados para os setores formal e informal. O aumento do número absoluto atuou como grande fator de equalização até o início de 2014. A partir de 2016, a destruição de postos formais passa a ter impacto direto sobre o aumento da desigualdade. Em 2017, o setor informal, que sempre fora mais desigual e instável, passa a se expandir, mitigando os impactos da crise e desacelerando o desemprego. Com isso, a informalidade passa a atuar, inadvertidamente, de forma equalizadora – uma vez que ter renda instável e desigual ainda é situação preferível à ausência de rendimentos.

A equalização do componente habitual do setor informal contribuía inequivocamente para a queda da desigualdade até 2016; no entanto, a partir de então não exibe tendência relevante e passa, além disso, a experimentar instabilidades e flutuações (para além da sazonalidade). Ainda no setor informal, os rendimentos eventuais passam a apresentar maior concentração e, em decorrência disso, a contribuir para o aumento da desigualdade.

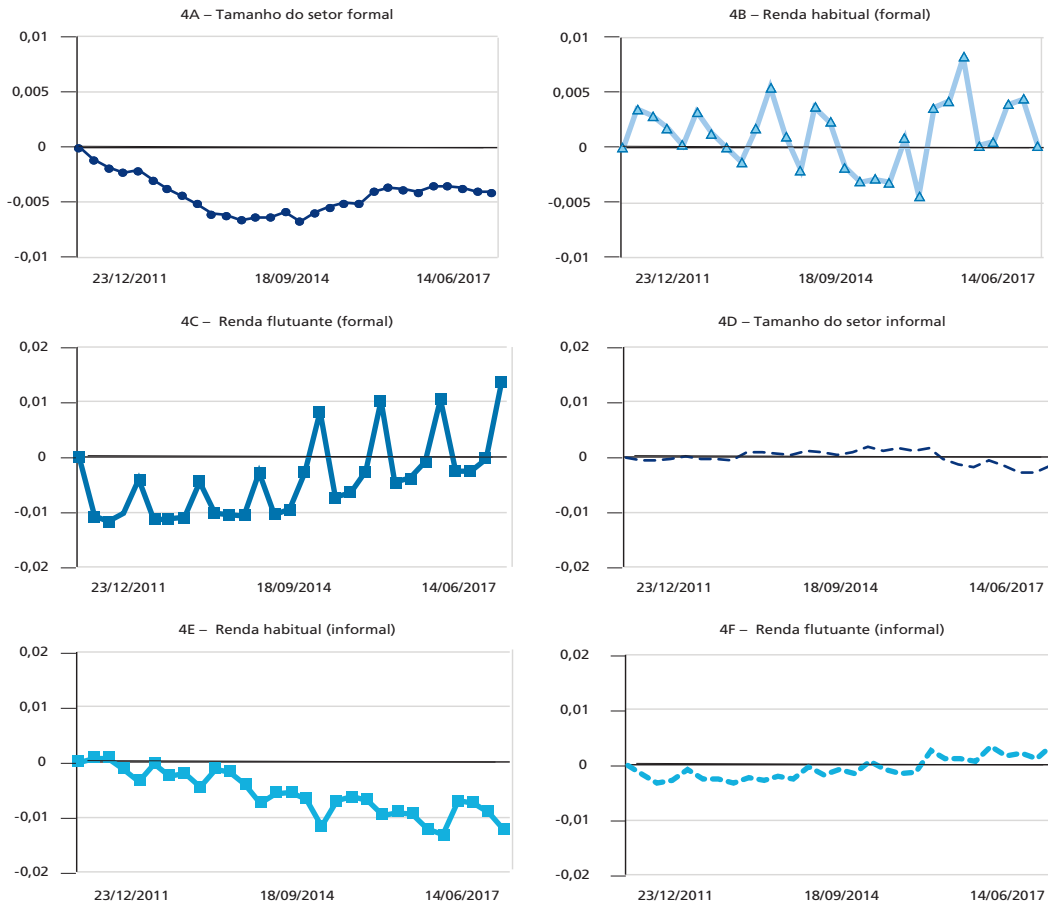
No mercado formal, o componente habitual dos rendimentos do trabalho não exibe qualquer tendência. No entanto, nesse setor, a contribuição dos rendimentos flutuantes sobre a desigualdade passa a ser positiva e intensa. Tais efeitos são robustos mesmo quando descontada a sazonalidade. Isso ocorre em decorrência de que determinados recebimentos eventuais se tornaram ainda mais concentrados nos quantis mais elevados. Com a redução dos postos sob a CLT, benefícios e direitos, como o 13º salário, adicionais de férias etc., se tornaram mais escassos e desigualmente distribuídos – contribuindo, deste modo, para o aumento da desigualdade. O aumento da concentração dessa *renda*

Estagnação Desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)

flutuante do setor formal tem sido a principal causa de aumento da desigualdade entre trabalhadores no período. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

GRÁFICO 4

Efeito (absoluto) de cada componente sobre o índice de Gini – renda efetiva de todos os trabalhos, considerando indivíduos ocupados com idades entre 18 e 65 anos

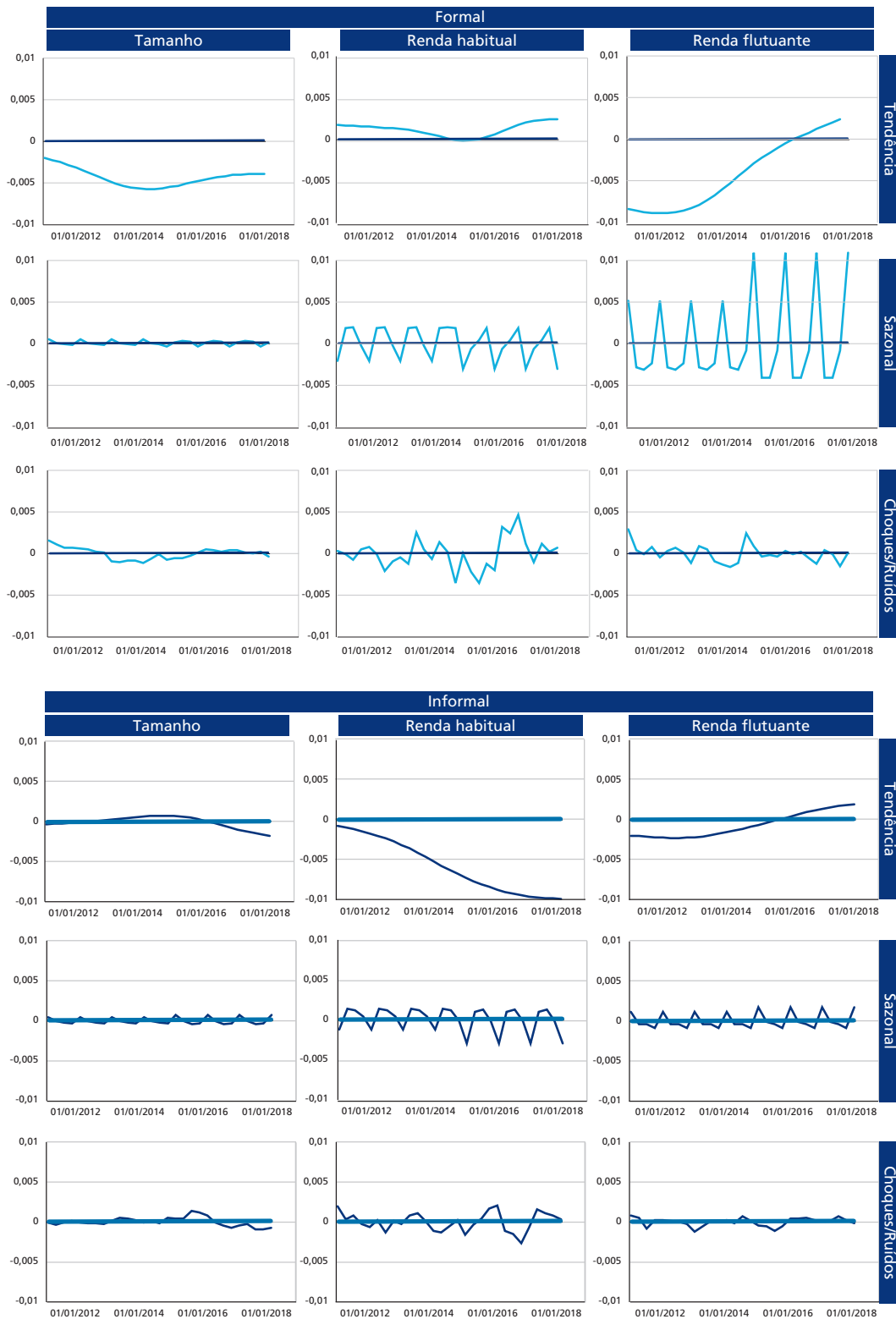


Fonte: Microdados da PNAD Contínua (2012/T1-2019/T1).
Elaboração do autor.

A decomposição temporal desses seis termos confirma que as tendências subjacentes aos ciclos sazonais e choque são robustas. Além disso, observa-se se iniciam razoavelmente antes da mudança na metodologia de captação dos rendimentos efetivo, sugerindo que as alterações no questionário da PNAD Contínua exerceram mais impacto sobre o componente sazonal do que sobre a tendência.

GRÁFICO 5

Decomposição temporal da contribuição da desigualdade entre ocupados – renda efetiva de todos os trabalhos, considerando indivíduos ocupados com idades entre 18 e 65 anos



Fonte: Microdados da PNAD Contínua (2012/T1-2019/T1).
Elaboração do autor.

6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho pós-crise dá poucos sinais de recuperação. O amortecimento dos efeitos mais perniciosos, desemprego e desalento, advém da diminuta geração de postos no setor informal, mais instável, desprotegido e menos produtivo. Para os trabalhadores mais pobres, a recessão ainda não terminou, sua renda ainda está em queda, mesmo quando descontamos os efeitos do desemprego.

O comportamento da desigualdade recente pode ser dividido em quatro fases. A primeira, de 2012 a 2014: uma redução que caminha no bojo do processo de equalização da década anterior. A segunda fase se localiza entre 2014 e 2015, quando um aumento, ainda lento, é promovido basicamente em função do desemprego e do desalento. A terceira fase, em 2016, caracteriza-se pela aceleração da concentração de renda, em decorrência da continuidade do avanço do desemprego e do desalento e agora também aumento da desigualdade entre trabalhadores. A quarta fase tem início no primeiro trimestre de 2017 e se estende até o último ponto da série de dados. Caracteriza-se pela relativa estabilização do desemprego e do desalento. E toda tendência se deve ao aumento da desigualdade entre trabalhadores.

A pouca recuperação que ocorre beneficia os trabalhadores melhor posicionados, formalizados e empregados em determinados setores, como educação, saúde, administração pública e serviços financeiros. Os três primeiros setores são justamente áreas de maior investimento estatal e gastos públicos. Uma evidência indireta de que as forças tipicamente de mercado não foram capazes de promover a dinâmica necessária.

O aumento da desigualdade entre trabalhadores guarda relação com o fato de que benefícios e direitos típicos (e sazonais) do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados, em função da grande dissolução de postos de trabalho protegidos. O comportamento desse componente “flutuante” da renda efetiva foi responsável pelo crescimento da desigualdade entre ocupados nos dois anos mais recentes e pela continuidade da tendência de crescimento da concentração de renda, a despeito da desaceleração do desemprego. Tal efeito é identificável mesmo descontando a mudança de metodologia (que, a princípio explica o aumento da amplitude de variação do componente sazonal a partir de 2015/T4).

São grandes as implicações advindas da análise da renda efetiva, abarcando recebimentos eventuais. Os adicionais esporadicamente recebidos são, na realidade, bastante regulares e orientam o comportamento de consumo e poupança dos indivíduos e das famílias. Tais quantias podem servir para a aquisição de bens duráveis, para investimentos específicos (inclusive em capital humano) ou mesmo quitação de dívidas. Em todos os casos, trazem consequências duradouras.

REFERÊNCIAS

BRITO, A.; FOGUEL, M.; KERSTENETZKY, C. **Afinal, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil?** Uma estimativa para o período 1995-2013. 2015. (Texto para Discussão, n. 109).

- DUQUE, D. Levantamento do FGV IBRE aponta desigualdade recorde na renda do trabalho. **Blog do IBRE**, 21 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hlf5IV>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- ELBERS, B. **Shapley: R Package for computing Shapley-Shorrocks value decompositions**. 2019.
- FERREIRA, F. H. G. *et al.* Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 147-169, jun. 2006.
- FIRPO, S. P.; PIERI, R. G. The labor market in Brazil, 2001-2015. **IZA World of Labor**, n. 441, 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alteração na forma de captação do rendimento efetivo de trabalho na PNAD Contínua**. IBGE, 2017. (Nota técnica).
- LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* **Mercado de Trabalho**. Brasília: Ipea, 2019. (Carta de Conjuntura, v. 43).
- NERI, M. C. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?** FGV Social, set. 2018.
- NERI, M. *et al.* **What are the main drivers of Brazilian income distribution changes in the new millennium?** 2018.
- SHORROCKS, A. F. Decomposition procedures for distributional analysis: a unified framework based on the Shapley value. **The Journal of Economic Inequality**, v. 11, n. 1, p. 99-126, 1º mar. 2013.
- SOUZA, P. H. G. F. **A simple multidimensional decomposition of the Gini coefficient by income sources and non-overlapping income classes**. 2016.